



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6563 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT13 - Educação Fundamental

A leitura como forma de inclusão social: possíveis contribuições da Biblioteca Escolar

René Freitas de Sá - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Rita de Cassia Breda Mascarenhas Lima - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

### **A leitura como forma de inclusão social: possíveis contribuições da Biblioteca Escolar**

#### **Introdução**

A inclusão social no contexto educacional é tema que vem ganhando visibilidade e discussão desde as últimas décadas do século XX. Pensar uma educação que contemple os diversos seguimentos da sociedade, indiscriminando origem social, cor/raça, capacidade física, faixa etária, gênero etc., é, sem dúvida, um dos principais desafios para a sociedade contemporânea.

Entretanto, não se pode ignorar que as conquistas que usufruímos hoje no contexto da educação, tal como o acesso à creches e pré-escolas, alimentação escolar, cotas sociais, entre outras, são resultado da mobilização de determinados grupos sociais, que, em decorrência de suas lutas, leis e programas foram instituídos pelo poder público contemplando até certo ponto as reivindicações destes grupos.

Cada um dos elementos que hoje compõe o cenário educacional da escola brasileira tem uma história marcada por diversas lutas para a garantia desses direitos. É neste universo, que defendemos a apropriação à leitura como mais um direito. Portanto, o acesso à leitura e ao conhecimento ganha destaque, e, assim como os demais aportes educativos, a biblioteca, seja ela pública, escolar, virtual etc., figura como espaço fundamental para a inclusão do aluno, não apenas no contexto da aprendizagem dos componentes curriculares, mas também na visibilização e socialização da cultura e do saber local, regional, mundial.

Nesse texto, socializaremos uma parte da pesquisa em andamento, desenvolvida junto a um grupo de professoras que atuam em uma escola da rede pública municipal de Feira de Santana – Bahia, e que fazem parte de um programa de formação de mediadores de leitura organizado pelo Núcleo de Leitura Multimeios e pelo Projeto de Extensão – Leitura Itinerante da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Assim, discutiremos a leitura na perspectiva da inclusão social, destacando as possibilidades que a leitura, o livro, a biblioteca

etc., oferecem aos estudantes ao viabilizar o acesso ao acervo produzido pela humanidade.

Objetivamos ainda debater as políticas e ações que até aqui foram pensadas para a universalização deste espaço, e se de fato tais medidas tem atendido aos objetivos pelos quais foram criadas.

Para tanto, faremos uso de extratos de entrevistas realizadas por meio de mídias digitais, em virtude da pesquisa ter iniciado já em período de isolamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, por conta da pandemia do Covid – 19 no ano de 2020. O recorte aqui apresentado envolve três professoras da educação básica, atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, nominadas como: Professora X; Professora Y e Professora Z, que se dispuseram em participar deste estudo socializando suas concepções e olhares sobre o debate da inclusão social na educação através da leitura, do acesso ao livro e à biblioteca, e sobre os desafios que este processo tende a enfrentar. Por fim, apontamos algumas possíveis considerações geradas a partir do diálogo traçado entre as entrevistadas e a pesquisa bibliográfica.

### **A biblioteca aberta ao público: algumas tessituras**

Desde a antiguidade o acesso ao saber só era possível para aqueles que dominavam os códigos pictográficos ou alfabéticos. Aos demais só era possível este acesso através da oratória ou práticas comuns de saraus por aqueles que possuíam o domínio da leitura e da escrita. Tal condição já segregava a população em intelectuais letrados e iletrados, eruditos e leigos. Mesmo em sociedades tidas como berço da política, do direito, do pensamento filosófico e da razão como as civilizações Grega e Romana, o acesso ao saber não era privilégio para todos.

Barbier (2018) em sua obra intitulada *História das Bibliotecas* apresenta um registro sobre a transição marcante na cultura grega do que ele trata como literatura oral para a escrita. Neste cenário o autor ressalva:

Apesar disso, a imensa maioria das populações gregas continua analfabeta, mesmo no século de Péricles (século v a.C.), e só uma pequena camada de intelectuais e de ricos notáveis domina uma cultura mais avançada e ligada ao livro (BARBIER, 2018, p.38).

Mesmo com o passar do tempo, o contato com o conhecimento escrito ainda era prática rara, restrita em boa parte aos mosteiros, onde aos monges cabia a função de reprodução manuscrita de textos e fragmentos de textos, e da eleição e censura do que era permitido ler. Mesmo com a chegada da invenção de Gutemberg (século XV) os livros ainda não se tornaram populares, conquistando apenas o avanço da criação de algumas bibliotecas ligadas às primeiras universidades no território europeu.

Avançando um pouco mais no tempo, com a chegada do europeu no continente americano, no que dizem respeito às terras brasileiras, os primeiros livros vieram nas bagagens dos padres jesuítas, e de um modo geral tinham como objetivo subsidiar o trabalho de catequização dos nativos brasileiros. Mesmo com a instalação da primeira biblioteca na terra tupiniquim, com a vinda da coroa portuguesa, o livro e a leitura ainda sofriam o crivo da censura, tanto por parte da igreja em questões religiosas como por parte da coroa em assuntos de política.

Sobre este momento da história da biblioteca no Brasil, Milanesi (1986) destaca:

O projeto para o Brasil em três séculos pode ser resumido pela expressão criada por Osman Lins: “o evangelho na taba”, a ação religiosa aliada à ação política no exercício do domínio da terra colonizada. Os livros e bibliotecas eram instrumentos que os incansáveis jesuítas usavam para reproduzir a sua verdade de salvação eterna e de exploração terrena (MILANESI, 1986, p. 66).

Desse modo, apenas após a primeira metade do século XX é que a biblioteca passa a ser incluída, de forma mais ampla, na esfera da educação, com a reforma do ensino produzida no ano de 1971, em que as atividades de pesquisas estabelecidas pelos professores findava por encaminhar os alunos às prateleiras das bibliotecas públicas haja vista a situação de nem todos possuírem acervos particulares, e, por ocasião, a biblioteca ainda principiava como anexo do ambiente escolar, conforme nos relata Milanese (1983).

Revisitando esse cenário histórico, alguns questionamentos ainda são atuais: qual tem sido a realidade do acesso à biblioteca e à leitura nas escolas públicas nos dias atuais? Já é possível afirmar que com o avanço das lutas por uma educação de qualidade para todos, os estudantes do sistema público de ensino tenham esse direito assegurado? Para isto, apresentamos a seguinte indagação às nossas entrevistadas: Você considera que o acesso à biblioteca/leitura seja democrático nas escolas públicas? É possível dizer que todos os indivíduos tenham garantido o direito a este acesso?

As respostas apontaram posicionamentos díspares. A Professora Z declarou que “Não considero que o acesso à leitura seja democrático em algumas escolas públicas. Existem várias problemáticas que interferem o acesso democrático a leitura”. Já a professora Y considera positivo tal acesso, ela afirma que: “Considero democrático sim, as escolas que conheço têm garantido este direito, que ainda é tímido entre os alunos por não terem o hábito da leitura. O que vem crescendo nos últimos anos”. Tais relatos embora divergentes sinalizam que o direito de exercer a leitura ainda enfrenta alguns desafios sejam por obstáculos impostos pelo sistema escolar que não apoia tais ações, seja pelo incipiente hábito de leitura por parte dos estudantes, o que revela uma herança educacional que pouco investia na oferta de prática da leitura que primasse pela efetiva formação de leitores.

### **Leitura e Biblioteca Escolar: Caminhos para Inclusão**

A presença da biblioteca no espaço escolar é fato recente e chega com notório atraso. É evidente que a relação da educação com a biblioteca, mesmo nos dias atuais, tem sido precária e deficiente. Mesmo com a aprovação da lei 12.244/2010 que torna obrigatória a presença deste aporte no espaço escolar público e privado, é possível constatar que a realidade ainda está longe de ser efetivamente cumprida e quiçá atingir o ideal.

Se tomarmos como base, por exemplo, os números obtidos na pesquisa Retratos de Leitura no Brasil, publicado em 2016, observaremos que, 14 % das escolas do ensino fundamental I não possuem biblioteca, 10% das escolas de fundamental II apresentam a mesma situação, e quanto as escolas de ensino médio este número corresponde a 11% das instituições pesquisadas[1].

Lamentavelmente algumas escolas sequer possuem bibliotecas ou espaços apropriados para a leitura. Aliado a outros fatores, isto representa um obstáculo ao direito à leitura. Partindo de tais constatações, procuramos ouvir das entrevistadas: Quais os obstáculos vivenciados que

interferem na democratização da leitura em nossas escolas?

As entrevistadas apresentaram fatores similares que, sem sombra de dúvida, não podem ser descartados quando o assunto é democratização da leitura no espaço escolar e nas práticas pedagógicas. A professora X apontou alguns elementos considerados como obstáculos que interferem neste processo e que precisam ser superados, a saber:

A falta de interesse político em ampliar os acervos, a formação leitora dos professores para incentivar essa leitura com propriedade, a escassez de espaço físico para biblioteca, a rotina pré-estabelecida para agilizar os conteúdos em sala de aula, mecanização do ensino de literatura. (Entrevista, profa. X)

Por sua vez, a professora Y destaca como obstáculos:

A falta de espaços adequados, a inexistência de salas apropriadas ou uma biblioteca, impossibilita e dificulta a proximidade dos estudantes com a literatura. A ausência de projetos, investimentos na educação, voltados para uma política de valorização e incentivos a leitura, também, tem fortalecido a não democratização na formação de estudantes leitores nos espaços escolares. (Entrevista, profa. Y)

Já a Professora Z descreve como possíveis obstáculos os seguintes fatores: “O despreparo do profissional da educação em incentivar a leitura, o local (bibliotecas) e a falta de momentos apropriados para a leitura”.

Mais uma vez, a escuta destas profissionais revela-nos a fragilidade nas políticas públicas em assegurar a formação de leitores e que uma biblioteca mal aparelhada ou a sua ausência, contribui de forma negativa para o desenvolvimento educacional dos indivíduos ao limitar a possibilidade destes expandirem as discussões em sala de aula ou de encontrar os caminhos e respostas para as suas inquietações.

### **O acesso à Leitura na Escola Pública: Um direito em questão**

Para prosseguirmos nas discussões sobre leitura e biblioteca escolar, é preciso antes reconhecer tanto uma como a outra como direitos que todos precisam ter acesso, afinal é também através da leitura e do livro que podemos ter acesso ao tesouro do conhecimento da humanidade que se encontra em parte guardado nos acervos das bibliotecas. E que para uma grande parte da população esses são as únicas fontes de acesso a este saber.

Telles (1999) ao escrever sobre a educação como um direito social, defende a ideia de que essa deve contribuir para combater a problemática da longa história de desigualdades na qual a sociedade brasileira vem se constituindo. O que nos faz enxergar na biblioteca uma aliada nesta luta por ser ela porta e janela para o conhecimento, e um farol em um contexto educacional desigual.

Sempre que tratamos da temática política nos vêm à mente a ideia de direitos, principalmente se o cenário desta discussão for sociedades em desenvolvimento. Desde o fim da segunda guerra mundial os povos têm se empenhado em definir bases justas que garantam aos seus cidadãos dignidade e bem-estar. E, em se tratando da educação, em 16 de novembro de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo como principal diretriz “[...] auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis

e modalidades [...]”, segundo informações do *site* oficial da UNESCO[2].

Em 1994, a UNESCO em colaboração com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), promoveram o Manifesto para as Bibliotecas Públicas. O manifesto apresenta a biblioteca como uma porta de acesso local ao conhecimento, e por isto, o documento afirma que a proposta da UNESCO é encorajar as autoridades nacionais e locais a apoiarem ativamente e comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas. Segundo o IFLA:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação (IFLA, 1994, p.1).

Ainda sobre as Diretrizes para a Biblioteca Escolar, produzidas pela IFLA em 2015, é possível encontrar os valores fundamentais estabelecidos por este órgão e que narra dentre outras informações, que todos, indistintamente, necessitam ter acesso aos bens intelectuais produzidos, pois tais conhecimentos são essenciais para o bem-estar social, educativo, cultural, democrático e econômico.

Esses ainda são os desafios que a sociedade atual enfrenta quando o assunto é a garantia do acesso da população aos bens culturais. Luzia de Maria (2016) em sua obra intitulada *O Clube do Livro*, discute em um de seus capítulos “O poder transformador da leitura”. A autora enfatiza o momento de destaque que a temática leitura tem ocupado nos últimos anos e que chegou a figurar como tema para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, no ano de 2006 e declara:

E grande foi a minha alegria quando, a cerca de dois ou três anos, o tema de redação da prova do Enem foi “O poder transformador da leitura”. Um tema que, por si só, já privilegia a condição de leitor. Numa redação – independentemente do tema – quem é leitor e sabe pensar na língua escrita, conhece a estrutura da língua, tem razoável bagagem de conhecimentos e bom vocabulário, sem dúvida se sairá melhor. Mas um tema como este, de imediato, já estabelece uma primeira distinção entre quem é leitor e quem não é. Imagino que não deva ser fácil para um não leitor enumerar argumentos em defesa do poder transformador da leitura (MARIA, 2016, p. 84).

É importante esclarecer que a fala de Maria (2016) não intenciona reforçar os pilares da meritocracia, mas sim apoiar a crença de que negar o acesso ao livro, à leitura e a biblioteca é condenar o indivíduo à desinformação e ao desconhecimento dos fatos, da cultura e do mundo que o cerca. E com esta compreensão interpelamos as nossas entrevistadas com a seguinte questão: Quais os caminhos possíveis para que os estudantes exerçam o direito à leitura?

E como indicativos para esta indagação, a professora X apresenta as seguintes possibilidades:

Investimentos reais e dignos na educação pública, formação de professores para ler com intencionalidade de mediar leitura prazerosa e despertadora, acessibilidade a bibliotecas em bairros periféricos,

despertar na sociedade a importância de lê e compreender o sistema que nos governa, para reconhecer sua história. (Entrevista, profa. X)

A Professora Y por sua vez, acrescenta de forma contundente as seguintes ações:

A criação de projetos de leitura por parte das escolas públicas, auxiliam na democratização da leitura, mas só isto não basta! Enquanto não investir, destinar recursos suficientes, criar espaços propensos a aprendizagem significativa, não conseguiremos tornar um simples ato de ler, democrático. (Entrevista, profa. Y)

A Professora Z traz à discussão questões como o incentivo e a influência como parte importante deste processo. Em sua fala ela dá destaque aos seguintes temas: “Incentivo por parte dos professores em conjunto com a família; Bibliotecas adequadas e acessíveis a todos e o uso de Literaturas diversificadas”.

Todas as entrevistadas reafirmam a urgente implantação de políticas públicas que assegurem a democratização e o acesso da população ao direito universal à leitura como defende Cândido (2011). Apontam ainda o papel social que a família tem a desempenhar junto à escola no processo educativo e, conseqüentemente, no exercício dos direitos que precisam ser assegurados para todos os estudantes e todos os cidadãos.

### **Considerações Finais**

Diante do que foi exposto até aqui, compreendemos o significativo papel que as bibliotecas públicas, escolares, virtuais etc., desempenham ao abrir portas para a democratização do saber para toda e qualquer segmento da sociedade, construindo assim caminhos para que todos os indivíduos possam ter acesso mínimo ao conhecimento, e assim, que os tornem sujeitos críticos para a sociedade, e, principalmente, cidadãos emancipados.

Entretanto, no aniversário de dez anos da promulgação da lei 12.244/2010, é fundamental que os esforços para a consolidação e manutenção do acesso à biblioteca, ao livro e à leitura como um direito sejam fortalecidos. O cenário das políticas públicas especialmente voltadas para a educação no Brasil sempre se mostraram instáveis e fragilizados.

Na luta por uma sociedade mais justa, reivindicar o acesso para a população aos bens intelectuais torna-se pauta imprescindível, recursos estes que lhes foram sonogados ao longo da história e que oferecem subsídios para a compreensão de si mesmos e do mundo, transformando não apenas indivíduos em sujeitos, mas principalmente em cidadãos.

A pesquisa reafirma cada vez mais a necessidade premente de discutir o papel da biblioteca escolar tanto nas práticas pedagógicas quanto na cultura escolar, haja vista a potencialidade do acesso à leitura como um dos caminhos para a inclusão social dos cidadãos, bem como a luta pela universalização do conhecimento produzido historicamente e arquivados pelas bibliotecas.

Os dados parciais apresentados oferecem uma importante contribuição para a compreensão do panorama educacional de nossas escolas e em especial das que compõem o sistema público de ensino, haja vista que é nestes espaços, em sua maioria periféricos, que as desigualdades se

acentuam, e, portanto, acreditamos ser o palco da luta e da resistência para que todos tenham acesso às conquistas sociais e exercitem plenamente os seus direitos.

**Palavras-Chaves:** Leitura; Biblioteca Escolar; Inclusão Social.

## Referências

BARBIER, Frédéric. **História das Bibliotecas: De Alexandria às bibliotecas virtuais**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 397.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 12.244/10 de 24 de maio de 2010**. Disponível em:

<[http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=240379&no\\_rma=261310](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=240379&no_rma=261310)>. Acesso em : 04 fev.2017

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: \_\_\_\_\_. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

FAILLA, Zoara (org). **Retratos da Leitura no Brasil**. RJ: Sextante, Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2016.

IFLA - INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. Tradução Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. IFLA, 2015.

\_\_\_\_\_. Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. Tradução Neusa Dias Macedo. SP: IFLA, 1994.

MARIA, Luzia de. **O clube do Livro: ser leitor: que diferença faz?** São Paulo: Global Editora, 2016. p. 302.

MILANESI, Luís. **Ordenar para Desordenar**. Centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261 p.

MILANESI, Luís. **A Biblioteca Pública**. O que é Biblioteca. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1983. 117 p.

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999. p. 194.

---

[1] Dados obtidos em pesquisa realizada no ano de 2015.

[2] <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco>